

A Abstrativização Das Decisões Do Stf No Controle Concreto De Constitucionalidade

Abstract Of Stf Decisions In Concrete Constitutional Control

Luciano Do Nascimento Costa¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma mudança de paradigma no direito constitucional brasileiro. Em razão de trazer como tema central uma evolução, esta monografia aborda as origens do controle de constitucionalidade no mundo, passando pelo seu desenvolvimento histórico no direito brasileiro até chegar na Constituição atual, de 1988. Trata dos fatores que têm aproximado o controle concreto de constitucionalidade do abstrato, tais como a criação da repercussão geral no recurso extraordinário, a Súmula Vinculante, alguns preceitos do Código de Processo Civil, a superação do artigo 52, X, da Constituição, a força vinculativa dos precedentes oriundos do Supremo Tribunal Federal, e também dos julgados que vêm reiterando a tese de que o direito constitucional brasileiro está em fase de mudança. Por fim, analisa o fenômeno da abstrativização do controle concreto de constitucionalidade, que praticamente equipara os efeitos produzidos pelas sentenças de inconstitucionalidade no controle concreto e abstrato, perante o Supremo Tribunal Federal(STF), bem como as críticas da doutrina, a jurisprudência correlata e seus efeitos.

Palavras-chave: Controle de constitucionalidade. Modelo difuso e concreto. Superação do artigo 52, X, da Constituição da República. Eficácia vinculante dos precedentes do STF. Abstrativização do sistema concreto de controle de constitucionalidade.

Abstract: This article presents a paradigm shift in Brazilian constitutional law. Due to its evolution, this monograph deals with the origins of constitutionality control in the world, passing through its historical development in Brazilian law until arriving at the current Constitution of 1988. It deals with the factors that have approached the concrete control of constitutionality of the abstract, such as the creation of a general repercussion on the extraordinary appeal, the Binding Precedent, some precepts of the Code of Civil Procedure, overcoming Article 52 X of the Constitution, binding force of precedents from the Federal Supreme Court, and of the judges who have reiterated the thesis that Brazilian constitutional law is in the process of change. Finally, it analyzes the phenomenon of the abstraction of the concrete constitutional control, which practically equates the effects produced by the sentences of unconstitutionality in the concrete and abstract control, before the Federal Supreme Court (STF), as well as the criticisms of the doctrine, the related jurisprudence and effects.

¹ É Advogado formado no Bacharelado em Direito pela Universidade Federal da Bahia-UFBA(2017), e no Bacharel Interdisciplinar em Humanidades com ênfase em Estudos Jurídicos pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia- UFBA (2014). Aprovado nas Especializações Gestão de Projetos, pela Universidade Estadual de São Paulo- USP, pela ESAQ e na Especialização em Direito Publico pela Universidade Católica de Minas Gerais-PUC-MG.Integrante permanente do Grupo de Pesquisa, Controle de Constitucionalidade da Universidade Federal da Bahia,coordenado pelo Dr. Gabriel Marques, em janeiro de 2016, do departamento de direito publico da Bahia, aluno especial do mestrado da Universidade Federal da Bahia-UFBA-2019.

Revista Jurídica • <http://revistas.unievangelica.edu.br/RevistaJurídica/> v.19, n.1, jan-jun.

2019•p.123-143. • DOI: <https://doi.org/10.29248/2236-5788.2019v19i1.p123-143>

Keywords: Constitutionality control. Diffuse and concrete model. Overcoming Article 52, X, of the Constitution of the Republic. Binding effectiveness of STF precedents. Abstract of the concrete system of constitutionality control.

Introdução

O presente trabalho aborda um assunto atual, com grande repercussão no ordenamento jurídico brasileiro, que ainda não está plenamente pacificado na doutrina, e tampouco nos tribunais. Tratar-se-á do fenômeno da abstrativização das decisões tomadas no controle concreto de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, que, em suma, significa a equiparação dos efeitos do controle concreto e abstrato de constitucionalidade.

O controle concreto de constitucionalidade, normalmente, é aquele exercitado em meio a um litígio real, por qualquer órgão jurisdicional do país, em que a questão constitucional se mostra como prejudicial à resolução do conflito entre as partes litigantes. Portanto, a declaração de inconstitucionalidade de determinada norma não é o fim que buscam as partes com a demanda, mas sim, o meio pelo qual se alcançará a tutela jurisdicional.²

Basicamente, a decisão proferida em sede de controle concreto de constitucionalidade será, em regra, declaratória, com efeitos retroativos (*extunc*) e particulares (*inter partes*), sendo que natureza da norma declarada inconstitucional é de ato inexistente. Portanto, todos os atos praticados sob a égide da lei maculada pelo vício da inconstitucionalidade serão considerados nulos, como se jamais tivessem existido.

Admite-se, no entanto, desde a Constituição de 1934, que quando a norma for declarada inconstitucional pelo STF, o Senado amplie os efeitos desta decisão, fazendo-a valer contra todos, com eficácia *erga omnes*. Para isso, a Alta Câmara do Congresso emitiria uma Resolução suspendendo a eficácia da norma incompatível com a Constituição. Este comando subsiste até hoje, estando expresso no artigo 52, X, da CR/88.

Entretanto, nos últimos anos o direito constitucional brasileiro tem sofrido uma mudança. A nova ordem constitucional imposta pela Constituição de 1988, adicionada de alguns preceitos infraconstitucionais têm dado novo significado ao controle concreto,

tornando ultrapassada a regra pela qual ao Senado cabe ampliar os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, e firmando um novo entendimento: de que, quando a fiscalização concreta for praticada pelo Supremo Tribunal Federal, este mesmo órgão seria o responsável por dar maior amplitude às suas próprias decisões, superando a necessidade de se enviá-las ao Legislativo para tanto.

Esta quebra de paradigma tem causado grandes discussões na doutrina, e também na jurisprudência. Autores e juristas em geral divergem a respeito da matéria. Há quem sustente se tratar de uma mutação constitucional que sofreu o artigo 52, X, da CR/88; porém, não parece ser este o caso. A doutrina majoritária tem posicionamento contrário a esta tese. Entretanto, parece ser certo que o comando contido neste dispositivo constitucional tornou-se ultrapassado e obsoleto com o passar dos anos, em razão da cadeia evolutiva da legislação e da jurisprudência nacional.

Para provar a hipótese proposta, utilizar-se-á o método dedutivo de abordagem, partindo da idéia de controle de constitucionalidade em geral, com ênfase no modo concreto de repressão. Nesse norte, será feito um estudo acerca da mudança de interpretação desse tipo de controle, bem como da evolução do papel do Senado Federal, até chegar na hipótese de abstrativização do controle concreto de constitucionalidade.

Enfim, por se tratar de tema incipiente, ainda não pacificado, e com diversos posicionamentos adotados pela doutrina e jurisprudência nacional, este estudo se faz necessário, a fim de explorar as razões e os efeitos dessa quebra de paradigma, que certamente irá modificar o quadro constitucional existente no país.

1 O Controle De Constitucionalidade

O controle de constitucionalidade é um mecanismo de aferição de compatibilidade de normas legais com as normas constitucionais, sendo que, se estiverem em confronto, deverão prevalecer as últimas sobre as primeiras. Bulos (2011, p. 181), ressalta que “Enquanto a *inconstitucionalidade* é a *doença* que contamina o comportamento desconforme à constituição, o *controle* é o *remédio* que visa restabelecer o estado de higidez constitucional.” [sic].

Esse mecanismo pressupõe duas ideias inerentes à sua existência: a *supremacia* e a *rigidez* da Constituição. Entende-se que só se pode falar em controle quando há a

comunhão dessas duas características no sistema constitucional de determinado país. Isto é: não basta a Carta Constitucional ser a Lei Maior do Estado, exige-se que a construção das normas que a integram sejam imbuídas de maior complexidade do que a elaboração das normas infraconstitucionais.

Dito de outro modo, a supremacia da Constituição e a sua rigidez são pressupostos para a existência do controle de constitucionalidade, de modo que, por aquela, “nenhuma lei ou ato normativo –na verdade, nenhum ato jurídico –poderá subsistir validamente se estiver em desconformidade com a Constituição” (BARROSO, 2012, p. 23), e, por esta última, “[...] a norma constitucional precisa ter um processo de elaboração diverso e mais complexo do que aquele apto a gerar normas infraconstitucionais.” (BARROSO, 2012, p. 24).

Em verdade, tais postulados fazem parte da existência lógica de um sistema de fiscalização de constitucionalidade, uma vez que não haveria como se controlar a compatibilidade de duas normas que não tivessem relação hierárquica e processo de elaboração diferenciados. Nas palavras de Barroso (2012, p. 24), “Se as leis infraconstitucionais fossem criadas da mesma maneira que as normas constitucionais, em caso de contrariedade ocorreria a revogação do ato anterior e não a inconstitucionalidade.”

A verdade é que, seja a Constituição rígida ou flexível, histórica ou dogmática, escrita ou não escrita³, se ela for a Lei Superior de um Estado, não é crível pensar na ausência de uma sistemática utilizada para barrar ou extirpar quaisquer atos ou normas que venham de encontro a ela. Do contrário, se estaria enfraquecendo o próprio Estado, cuja construção histórica enveredou para que esta Lei Maior fosse –como a própria expressão revela –o marco de sua constituição.

O direito brasileiro, no que concerne ao controle de constitucionalidade, traz uma proposta interessante: condensar os modelos europeu e americano dentro de um só sistema jurídico. Assim, no Brasil, o controle concentrado de constitucionalidade

³ Acerca da classificação das Constituições, diz-se que: **a)** quanto à mutabilidade de suas normas, ela pode ser *rígida*, na qual o processo de elaboração de suas normas é mais complexo do que o de formação das normas infraconstitucionais, *flexível*, quando as normas constitucionais têm o mesmo nível de complexidade de formação das infraconstitucionais, ou *semirrígida*, quando a Constituição tiver uma parte rígida e outra parte flexível; **b)** quanto à forma, pode ser *histórica*, quando for consolidada por um lento processo de formação ao longo do tempo, influenciado pela história e cultura de um povo, ou *dogmática*, que é a Constituição que concebe dogmas fundamentais do Estado constituinte; e **c)** quanto ao modo de elaboração, poderá ser *escrita*, quando reunida e sistematizada em um documento formal, ou *não escrita*, quando se basear em costumes, jurisprudência e instrumentos normativos esparsos, sem reunião específica em um único texto. (SILVA, 2010, p. 40-42).

baseado em casos abstratos é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, bem como qualquer juiz ou tribunal do país tem o poder de aferir a compatibilidade de normas infraconstitucionais com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988(CR/88), a partir de um caso concreto.

Saliente-se que há controle político de constitucionalidade no Brasil sim, mas é exercido de maneira muito mais restrita do que o jurisdicional. É essencialmente preventivo, realizado pelo Poder Legislativo, por meio das Comissões de Constituição e Justiça, e pelo Chefe do Poder Executivo, através do veto.

2 O Controle De Constitucionalidade Na Constituição De 1988

A Constituição da República de 1988 é, sem dúvida alguma, a mais completa e eficaz da história do constitucionalismo brasileiro, em termos de fiscalização de constitucionalidade. Mantendo o sistema difuso, e dilatando a aplicação do controle concentrado, a CR/88 disponibiliza ao Poder Judiciário uma gama de mecanismos protetivos jamais presenciada no Brasil.

Em verdade, a expansão do controle concentrado fez com que o difuso se tornasse muito menos frequente na jurisprudência pátria. Nesse sentido, Barroso (2012, p. 89-90) afirma há “uma nítida tendência no Brasil ao alargamento da jurisdição constitucional abstrata e concentrada, vista por alguns autores como um fenômeno ‘inquietante’.” Já Bulos (2011, p. 199), constata que “Ao reforçar a anatomia do controle concentrado, o constituinte de 1988 acabou *reduzindo*, mas não eliminando, o controle difuso.” Por outro lado, Mendes (2009, p. 1104) ressalta que “[...] pretendeu o constituinte reforçar o controle abstrato de normas no ordenamento jurídico brasileiro como peculiar instrumento *de correção* do sistema geral incidente.”.

No que tange aos efeitos gerados por estes dois modelos de fiscalização de normas, tem-se que na via abstrata não há dúvidas, a sentença do Supremo gera efeitos contra todos; entretanto, na via concreta, cada vez mais se tem discutido a possibilidade de o STF (Supremo Tribunal Federal), ampliar os efeitos da própria declaração de inconstitucionalidade, sem necessidade da intervenção do Senado na forma do artigo 52, X, da Constituição.

A princípio, ainda prevalece o entendimento de que o Senado possui a atribuição de suspender os efeitos da lei declarada contrária à Constituição pelo STF; porém,

ressalte-se, há uma tendência forte para se modificar este entendimento, e dar ao STF o poder de decidir com eficácia geral também em sede de controle concreto.

A CR/88 traz as ações diretas de inconstitucionalidade genérica (artigo 102, I, “a”) e por omissão (artigo 103, §2º), a ação declaratória de constitucionalidade (artigo 102, I, “a”), e a arguição de descumprimento de preceito fundamental (artigo 102, § 1º). Diz-se, também, que o controle concentrado está em evidência no direito brasileiro não só pela quantidade de meios para exercê-lo, mas também pela ampliação do rol de legitimados para tanto.

Com efeito, se na Constituição anterior apenas o Procurador-Geral da República tinha legitimidade para suscitar a dúvida a respeito da inconstitucionalidade de determinada norma por meio abstrato, com a Constituição de 1988 podem propor as ações diretas as pessoas listadas no artigo 103⁴.

Por outro lado, o controle difuso permaneceu com sistemática semelhante à prevista na Constituição de 1967. Ou seja, podem declarar a inconstitucionalidade qualquer juiz ou tribunal do país, sendo que, neste último caso, há de ser respeitada a cláusula de reserva de plenário (artigo 97), já estudada acima. No caso do STF, pode ser provocado por meio de recurso extraordinário (artigo 102, III), desde que obedecidas todas as formalidades legais (BARROSO, 2012, p. 88).

A Constituição de 1988 repetiu, no artigo 52, X, a competência do Senado para estender, por meio de Resolução, a eficácia das declarações de inconstitucionalidade emanadas do STF. Merecem destaque, ainda, a Lei n. 9.868/99, que disciplinou o procedimento das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade, e a Lei n. 9.882/99, que regulou o procedimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental. Note-se que esta última preencheu uma lacuna do texto constitucional (artigo 102, § 1º) mais de dez anos após promulgada a nova Constituição (BARROSO, 2012, p. 89).

Em síntese, a CR/88 fez do Brasil um dos países mais avançados do mundo em termos de controle de constitucionalidade, dando maior amplitude e eficácia para os casos abstratos julgados pelo Supremo Tribunal Federal. O controle incidental de

2 Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I -o Presidente da República; II -a Mesa do Senado Federal; III -a Mesa da Câmara dos Deputados; IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI -o Procurador-Geral da República; VII -o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII -partido político com representação no Congresso Nacional; IX -confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. [sic].

Revista Jurídica - <http://revistas.unievangelica.edu.br/RevistaJuridica/> v.19, n.1, jan-jun.

2019•p.123-143. • DOI: <https://doi.org/10.29248/2236-5788.2019v19i1.p123-143>

normas, apesar de esvaziado, ainda subsiste no ordenamento jurídico, contendo regramento específico.

3 O Controle Difuso Concreto De Constitucionalidade

O controle difuso incidental de constitucionalidade foi inserido no Brasil com a Constituição de 1891, por influência do modelo estadunidense, como já se estudou anteriormente. Na primeira República, Ruy Barbosa foi grande expoente da fiscalização da constitucionalidade de leis em meio a um caso concreto. Com efeito, leciona o ilustre jurista que “A inconstitucionalidade [...] não se adduz [sic] como alvo da acção [sic], mas apenas como subsidio á justificação do direito, cuja reivindicação se discute.” (BARBOSA, 1893, p. 100). Explica também os pressupostos⁷ da realização do controle incidental, e, por fim, conclui que “A inaplicabilidade [sic] do acto [sic] inconstitucional do poder executivo, ou legislativo, decide-se, em relação a cada caso particular, por sentença proferida em acção [sic] adequada e executavel [sic] entre as partes” (BARBOSA, 1893, p. 124).

Nesse contexto histórico surgiu o controle incidental e difuso de constitucionalidade, que, apesar de ter sido alterado ao longo dos anos, subsiste no ordenamento jurídico brasileiro, sendo ainda hoje, na opinião de Barroso (2012, p. 113), “[...] a única via acessível ao cidadão comum para a tutela de seus direitos subjetivos constitucionais.”

Diz-se controle *difuso*, por ser difundida a legitimidade para apreciar a inconstitucionalidade de uma norma; em outras palavras, qualquer juiz ou tribunal do país pode exercer o controle incidental de normas. Veja-se que também é difundida a legitimidade para provocar a fiscalização concreta, pois que toda pessoa, em qualquer processo, pode arguir a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Estas são as principais características do controle difuso de constitucionalidade (BULOS, 2011, p. 200).

Afigura-se importante distinguir os conceitos de controle difuso e controle concreto de constitucionalidade, eis que, apesar de ser frequente a confusão entre os dois conceitos, ambos estão em planos teóricos diferenciados, e, por esse motivo, não se opõem, mas se superpõem. Enquanto *controle difuso* faz parte da classificação quanto ao órgão judicial competente para julgamento (todo juiz ou tribunal), *controle concreto*

é um dos modos de exercício da fiscalização de constitucionalidade (em meio a uma causa concreta). Lembrando que ao controle difuso se opõe a forma concentrada de fiscalização, a ao concreto se opõe a apreciação abstrata (BARROSO, 2012, p. 69-73).

O que causa a confusão conceitual entre os dois institutos é que, normalmente, ambos caminham juntos, eis que o controle concreto é exercitado precipuamente de modo difuso. Basta lembrar que atualmente só há um caso de controle concreto e concentrado no Brasil, que é a ação de descumprimento de preceito fundamental, introduzida pela Lei n. 9.982/2000 (BARROSO, 2012, p. 72-73).

Marinoni et al. (2012, p. 773) conceitua o controle incidental como sendo aquele no qual, em um caso concreto, “[...] é arguida a inconstitucionalidade da lei que configura pressuposto à tutela jurisdicional do direito, o juiz brasileiro está autorizado a tratar da questão constitucional como prejudicial a solução do litígio[...]” Assim, o mesmo autor afirma que “O controle incidental é sempre realizado de maneira concreta” (MARINONI et al. 2012, p. 774).

Pode-se dizer, então, por todas essas diferenciações conceituais formadas acima, que o controle difuso é exercitado de forma incidental, e, portanto, sempre de modo concreto. Por algumas vezes, a difusão da legitimidade para exercer o controle de constitucionalidade pode trazer problemas para a ordem constitucional vigente. Isso porque, com a possibilidade de qualquer órgão jurisdicional do país decidir sobre a inconstitucionalidade de uma norma, abre-se caminho para diversas interpretações divergentes sobre o mesmo assunto, o que poderia elidir o princípio da unidade normativa, enfraquecendo a própria Constituição. Na prática, é dizer que um mesmo dispositivo de lei pode ser declarado inconstitucional por um juiz ou Tribunal de um Estado, e considerado de acordo com a Constituição por outro órgão judicial do país.

Esse risco é apontado por Paganella, (2007, p. 83-84) quando sustenta que “sendo a anulação do ato inconstitucional a principal e mais eficaz garantia da Constituição, havendo uma plethora de autoridades judiciárias aplicando a lei e outra rejeitando-a, é iniludível o risco contra sua unidade normativa.

Desta forma, mesmo sendo consolidado no direito, o controle difuso incidental de constitucionalidade ainda sofre críticas quanto à sua efetividade. De fato vê-se uma tendência cada vez mais crescente em se acionar o controle de constitucionalidade por via de ação –seja pela ampliação do rol de legitimados a propô-la, seja pelas decisões uniformes pelo Supremo –, o que torna o controle incidental cada vez menos presente. É

o que destaca Mendes(2009, p. 1104), que chega a afirmar, como já visto, que na Constituição de 1988, “[...] pretendeu o constituinte reforçar o controle abstrato de normas no ordenamento jurídico brasileiro como peculiar instrumento de correção do sistema geral incidente.”

Ainda assim, é importante que se tenha em mente que o controle difuso tem papel fundamental no constitucionalismo brasileiro, eis que, como já visto acima, é a única maneira pela qual um cidadão comum pode questionar os seus direitos subjetivos constitucionalmente protegidos. Usando as palavras de Tavares, “O direito está a serviço do indivíduo, do homem, e o controle concreto é aquele que mais bem representa essa ideia” (TAVARES, 2011, p. 553-554).

Dito isso, no Brasil, a fiscalização incidental se dá, em regra, em meio a um litígio concreto, em que a inconstitucionalidade não seja o objeto principal da ação, mas sim, uma questão prejudicial à esta última. Assim, há necessidade de ser seja apreciada antes do julgamento do litígio em si, eis que “A declaração de inconstitucionalidade torna-se necessária para a solução do caso concreto em questão, ou seja, a apreciação de inconstitucionalidade tem o condão de decidir determinada relação jurídica, objeto principal da ação” (SIQUEIRA JUNIOR., 2006, p. 126).

Em outras palavras, Barroso (2012, p. 117) explica que se trata de uma questão incidental prejudicial ao mérito, “porque ela precisa ser decidida previamente, como pressuposto lógico e necessário da solução do problema principal”. Deste modo, a decisão sobre a inconstitucionalidade, ou não, da norma suscitada, irá influenciar diretamente no deslinde da demanda judicial; entretanto, não será efetivamente a resposta do Judiciário ao caso concreto levado à juízo. Ademais, como ressalta Palu (2001, p. 269) “[...] a declaração de inconstitucionalidade é sempre tomada *incidenter tantum*(incidentalmente), na motivação da sentença[...]”, e não na dispositiva, que ficará reservada a apreciação dos pedidos do autor, visando a resolução do caso concreto.

Um dos instrumentos processuais que dá notoriedade ao controle concreto de constitucionalidade é o mandado de segurança, previsto no artigo 5º, LXIX, da Constituição da República de 1988. Por meio deste remédio processual, qualquer pessoa busca evitar ou fazer cessar abusos e/ou ilegalidades cometidas pelo Poder Público contra si. Para ilustrar, Marinoni et al. (2012, p. 813) citam um exemplo, no qual o mandado de segurança é impetrado a fim de se conceder “ordem para que a autoridade

pública se abstenha de exigir tributo sob o argumento de que a lei que o prevê é inconstitucional.”

Outro exemplo extraído da doutrina é o mandado de segurança impetrado contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado, visando impedir alguma inconstitucionalidade no processamento da edição de emendas constitucionais ou outras espécies normativas primárias. Bulos (2011, p. 212) destaca que, ocorrendo a inconstitucionalidade no processo legislativo, o STF deverá conceder a ordem aos deputados e senadores, para garantir a estes “[...] o direito líquido e certo de não participarem do processo legislativo inconstitucional.”

Na visão de Bulos(2011, p. 203) admite-se o controle concreto apenas quando a ação civil pública tratar de direitos individuais homogêneos, cuja decisão sobre a inconstitucionalidade seja capaz de gerar efeitos somente entre as partes. É o que se extrai do seguinte excerto:

O Supremo Tribunal Federal entende que os direitos individuais homogêneos, disciplinados no art. 81, III, do Código de Defesa do Consumidor, comportam a ação civil pública, em sede de controle difuso, porque os efeitos da decisão atingem, apenas, um grupo de pessoas, sem usurpar a finalidade primordial do controle concentrado, que se efetiva via ações diretas de inconstitucionalidade (STF, Recl. 663-6/DF, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ, 1, de 13-10-1997, p. 51467).

Em contrapartida, ação civil pública intentada, na via de exceção, com o fito de resguardar direitos difusos ou coletivos, nos termos do art. 81, I e II, do Código de Defesa do Consumidor, afigura-se improcedente, pois a decisão aí proferida teria efeitos erga omnes, isto é, gerais, amplíssimos, alcançando todos, sejam partes ou não. É como de a própria ação civil pública se convertesse numa autêntica ação direta de inconstitucionalidade, algo intolerável pela Constituição de 1988 (STF, Recl. 554-2/MG, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ, 1, de 26-11-1997, p. 61678).

Já Mendes(2009, p. 1142) entende ser incabível o controle incidental de constitucionalidade em meio a ação civil pública. Na opinião dos autores, a “[...] própria parte autora ou requerente legitima-se não em razão da necessidade de proteção de interesse específico, mas exatamente de interesse genérico amplíssimo, de interesse público[...]”, sendo que “Ter-se-ia, pois, uma decisão (direta) sobre a legitimidade da norma.” Ainda sustenta o autor que se decidida a questão constitucional com efeitos gerais em primeiro grau de jurisdição, o juízo singular será dotado de poder que ao Supremo Tribunal Federal não foi concedido pela CR/88, porquanto este último dependente de Resolução do Senado para dar eficácia geral às suas decisões (CR/88, artigo 52, X).

Em síntese, a ideia é que

Os instrumentos processuais de proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos abriram oportunidade ao alcance da tutela jurisdicional idônea e tornaram frequente a arguição de inconstitucionalidade de lei pelos legitimados à tutela destes direitos.[...] Exemplos disso são a ação individual em que se postula fornecimento de remédio e a ação civil pública em que se pede suprimimento de falta de materiais ou de funcionários públicos para a devida proteção do direito fundamental ao meio ambiente, sob a alegação de que a lei está a violar direitos fundamentais. Os novos modelos processuais –instituídos a partir das necessidade de tutela do direito material e do direito fundamental à tutela jurisdicional –e a 'descoberta' da possibilidade de se exigir prestações estatais potencializaram a oportunidade de se arguir a inconstitucionalidade de lei, ou mesmo de falta de lei, como fundamento de ação proposta contra o Poder Público ou contra o privado (MARINONI et al., 2012, p. 815-816).

Ainda há, no Brasil, outra forma de exercício do controle difuso incidental de constitucionalidade. Trata-se do mandado de injunção, remédio constitucional que pode ser proposto por qualquer pessoa, e que visa o suprimimento de uma inconstitucionalidade por omissão, quando o Poder Público se eximir do dever de regulamentar um direito.

O mandado de injunção está previsto no artigo 5º, LXXI, da Constituição da República, nos seguintes termos: “[...] conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.”

Nestes termos, o mandado de injunção é uma ferramenta que possibilita o controle de constitucionalidade de forma incidental, dentro de um caso concreto, sendo que, conforme ressalta Siqueira Junior(2006, p. 347) “A decisão judicial cria o direito em concreto, suprimindo a omissão do legislador e a lacuna do sistema jurídico.”

Logo, considerando as diversas ferramentas processuais disponíveis ao cidadão comum para discutir seus direitos subjetivos constitucionais, vê-se que o controle difuso incidental de normas é de suma importância para garantir o acesso democrático ao controle da constitucionalidade das normas, e para combater os abusos do Estado.

4 A Abstrativização Das Decisões Do Supremo Tribunal Federal No Controle Concreto de Constitucionalidade

Ao Supremo Tribunal Federal foi confiada a guarda da Constituição, de acordo com o *caput* do artigo 102 da CR/88. Partindo dessa premissa, ao STF foi outorgada a legitimidade exclusiva para a apreciação das demandas propostas em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Perceba-se que por ser exercitado somente pelo órgão de cúpula do Judiciário brasileiro, o controle abstrato é classificado pela doutrina como *concentrado*.

Porém, o Supremo atua não só no controle abstrato pela via direta; também pratica a fiscalização em meio a um caso real, por meio indireto. Aliás, vale repisar: o controle concreto se caracteriza por ter a capacidade de apreciação difundida a todos os órgãos do Judiciário, estando incluído neste rol, é claro, o STF.

O Supremo terá capacidade para apreciar a constitucionalidade de um ato normativo nos casos dos incisos do artigo 102 da Constituição; isto é, em julgamento de causas de sua competência originária (inciso I); em apreciação de recurso ordinário (inciso II); ou então, de recurso extraordinário (inciso III). Contudo, conforme ensina Barroso (2012, p. 127). “[...] é em sede de recurso extraordinário que a Corte Suprema desempenha, normalmente e em grande volume, a fiscalização concreta de constitucionalidade de leis e atos normativos.”

Está em discussão no direito brasileiro a equiparação dos efeitos dos dois modelos de controle de constitucionalidade, concreto e abstrato, quando exercitados pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um fenômeno em construção, que está apenas em fase inicial, mas que tende a se consolidar no direito constitucional pátrio. A este fenômeno dá-se o nome de *abstrativização*(*abstração*, ou ainda,*objetivação*), um neologismo que significa, simplesmente, o processo de transformação de algo em abstrato. No caso, o que está se *abstrativizando* é o controle concreto de constitucionalidade.

Nas palavras de Amorim, (2011, p. 382).

[...] de rigor, o recurso extraordinário ocorre em casos *concretos*, no mesmo sistema de controle *difuso* de constitucionalidade atribuível a qualquer outro juízo. Assim, quando se fala em *abstrativização do controle difuso*, quer-se referir ao fato de que o comum julgamento do extraordinário (*difuso*), quando resultar em efeitos *erga omnes*, 'transforma-o' em instrumento do controle abstrato.

Variados fatores evidenciam a existência de uma propensão muito forte para o controle concreto tomar contornos da fiscalização abstrata, notadamente no que tange

aos efeitos que dele decorrem. Pode-se citar alguns exemplos que dão conta disso, a serem divididos em dois grupos diferentes: eventos legislativos e precedentes jurisprudenciais.

Dito isso, no que tange ao primeiro grupo, enumera-se como causas legais que demonstram a tendência de objetivação do controle concreto: a exigência de repercussão geral no recurso extraordinário (CR/88, artigo 102, §3º); a criação das súmulas vinculantes (CR/88, artigo 103-A); os artigos 475, §3º, 481, parágrafo único, 518, §1º, 543-A, 543-B, 557, *caput* e §1º-A, todos do CPC.

Muito já se falou sobre a repercussão geral da questão constitucional levada a julgamento pelo STF, contida no artigo 102, §3º da CR/88, bem como nos artigos 543-A e 543-B do CPC. Já foi explicado que é um dos requisitos essenciais para a admissão do recurso extraordinário, e que a sua existência deverá ser votada e aprovada por, no mínimo, quatro Ministros do Supremo –haja vista que o quórum para negar ocorrência da repercussão geral é de 2/3 do STF. Repise-se, também, que a repercussão geral existirá, quando a matéria constitucional levada ao STF apresentar relevante papel social, que transcenda as partes envolvidas na causa.

É nesta última característica da repercussão geral que se encontra o aspecto objetivador do controle concreto. Este é o ponto curial: a questão tem que apresentar influenciar a resolução de outros casos no Brasil, para ser considerada apta para julgamento pelo STF.

Neste sentido, destaca-se o posicionamento de Souza (2008, p. 13), para quem “A relevância do instituto para a tendência de objetivação observada está em que o decidido pelo STF, quando da análise deste novo requisito de admissibilidade, vinculará os futuros casos semelhantes que futuramente sejam submetidos a julgamentos.”

Ora, se a decisão precisa transcender o caso concreto, necessariamente deverá produzir efeitos que também ultrapassem o litígio levado a julgamento. É ilógico se pensar que uma decisão que tenha repercussão geral possa produzir efeitos somente entre as partes. Considerar isto como verdadeiro é negar aplicação ao próprio instituto contido no artigo 102, §3º da CR/88.

Portanto, conforme ensina Mendes (2009, p. 1126), “A adoção deste novo instituto deverá maximizar a feição objetiva do recurso extraordinário.”

Da mesma forma, a Súmula Vinculante é tida como instrumento de objetivação do controle concreto de constitucionalidade. Neste caso, segundo o artigo 103-A da

Constituição, o STF pode, após reiteradas decisões num mesmo sentido, cristalizar um entendimento jurisprudencial acerca de determinado assunto, de modo que este posicionamento vinculará os demais juízos e tribunais do país, e também a Administração, em todas as esferas da federação.

Deste modo,

Sua criação se configura em um encômio ao princípio da segurança jurídica, vez que, em semelhantes causas, fixada a compreensão de uma norma pelo STF, todos os demais órgãos do poder judiciário, isso inclui o exercício do controle de constitucionalidade de *incidenter tantum* por tais órgãos judicantes, ficam obrigados a acatar a orientação expendida pela Excelsa Corte. Da mesma forma, o novel instituto da Súmula vinculante confere efetividade ao princípio da celeridade e da economia processual, vez que agiliza e aperfeiçoa a resposta jurisdicional a estes casos, poupado aos juízes singulares e demais tribunais, a ao próprio Supremo Tribunal, o trabalho de reanalisar lides cujas soluções já foram devidamente conferidas (SOUZA, 2008, p. 14).

Lembrando, que, como ensina Carvalho (2010, p. 462), a Súmula Vinculante “[...] torna desnecessária a aplicação do art. 52, inciso X, da Constituição Federal.”. Considerando o exposto, não há dúvidas de que a possibilidade de edição de uma Súmula Vinculante corrobora ainda mais a transformação que vem sofrendo o direito brasileiro, aqui tratada como a abstrativização do controle concreto de constitucionalidade.

Perceba-se que tanto a repercussão geral quanto a Súmula Vinculante, são criações da Emenda Constitucional n. 45/2004, popularmente conhecida como a responsável pela Reforma do Judiciário. Portanto, pode-se dizer que o direito brasileiro, hoje, colhe os frutos desta reformulação, que em muito contribuiu para a ocorrência da abstrativização do controle concreto de constitucionalidade.

Os demais instrumentos legais que também demonstram a tendência de se objetivar as decisões do STF em sede de controle concreto de constitucionalidade residem no CPC. No artigo 473, §3º, tem-se a dispensa do reexame necessário de sentença fundada na jurisprudência ou súmula do STF, ou do STJ; já o artigo 481, parágrafo único traz a dispensa de instauração de incidente de inconstitucionalidade pelo órgão fracionário dos Tribunais ordinários quando a questão constitucional já foi decidida pela própria Corte, ou pelo STF.

Não bastasse, ainda há no CPC outros dispositivos que demonstram a eficácia vinculante das decisões do STF na fiscalização concreta. Com efeito, pelo artigo 518, §1º, “O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.”

Outrossim, segundo o *caput* do artigo 557, “O relator negará seguimento a recurso [...] em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior”. Ressalta-se que o raciocínio contrário ao disposto no *caput* do artigo 557 também é válido, de modo que se o Relator observar, de pronto, que a decisão recorrida contrariaria entendimento do STF, poderá desde já dar provimento ao recurso(557, §1º-A).

Por outro lado, o disposto nos artigos 543-A e 543-B também podem elucidar a objetivação do controle concreto no STF. O primeiro trata da Repercussão geral, já bastante comentada; e o segundo, por sua vez, aborda questão relativa à multiplicidade de recursos extraordinários sobre o mesmo assunto. Dispõe o artigo 543-B do CPC que deverá ser escolhido pelo tribunal de origem um recurso (ou mais, se assim entender), que representará todos no julgamento da controvérsia, de modo que, decidida a questão pelo STF, os efeitos se propagarão para todos os casos idênticos que ficaram sobrestados.

Logo, inegável que estes dispositivos evidenciam a eficácia vinculante dos precedentes do STF, fazendo parte, portanto, dos fatores legislativos que estão tornando as decisões tomadas pelo Supremo no controle concreto de constitucionalidade com efeito generalizado.

Já no que tange às causas jurisprudenciais de abstrativização, dois precedentes são fundamentais para sintetizar esta mudança. Trata-se da já mencionada Reclamação n. 4.335-5/AC, e do RE n. 197.917/SP.

Com efeito, quanto ao primeiro precedente, invoca-se as palavras do próprio Relator da Reclamação n. 4335-5/AC para explicar o julgamento da causa, que, em livro de sua autoria, assim sintetizou:

O tema está em discussão no Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Rcl. 4.335 (da qual sou Relator), ajuizada pela Defensoria Pública da União, em face de ato de juiz do Estado do Acre. A reclamante alegou o descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal no HC 82.959, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, quando a Corte afastou a vedação de progressão de regime aos condenados pela prática de crimes hediondos, ao considerar

inconstitucional o art.2º, §1º, da Lei n. 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Com base nesse julgamento, a Defensoria solicitou fosse concedida progressão de regime a determinados apenados, tendo o juiz de direito da Vara de Execuções Penais indeferido o pedido, fazendo afixar, nas dependências do fórum, aviso do seguinte teor: "Comunico aos senhores reeducandos, familiares, advogados e comunidade em geral que a recente decisão Plenária do Supremo Tribunal Federal proferida nos autos do 'Habeas Corpus' n. 82.959, a qual declarou a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei dos Crimes Hediondos que vedava a progressão de regime prisional (art. 2º, §1º, da Lei n. 8.072/90), somente terá eficácia a favor de todos os condenados por crimes hediondos ou a eles equiparados que estejam cumprindo pena, a partir da expedição, pelo Senado Federal, de Resolução suspendendo a eficácia do dispositivo da lei declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal".

Proferi voto reafirmando minha posição no sentido de que a fórmula relativa à suspensão de execução da lei pelo Senado há de ter simples efeito de publicidade, ou seja, se o Supremo, em sede de controle incidental, declarar, definitivamente, que a lei é inconstitucional, essa decisão terá efeitos gerais, fazendo-se a comunicação àquela Casa Legislativa para que publique a decisão no Diário do Congresso. Dessa forma, julguei procedente a Reclamação por entender desrespeitada a eficácia *erga omnes* da decisão proferida no HC 82.959, no que fui acompanhado por Eros Grau. Divergiram dessa posição os Ministros Sepúlveda Pertence e Joaquim Barbosa⁴⁶. (MENDES, 2009, p. 1140).

Ou seja, Mendes (2009) retoma o posicionamento já estudado, sobre a mutação constitucional do artigo 52, X, da Constituição. Veja-se que neste julgamento Mendes foi seguido pelo Ministro Eros Grau, mas teve seus argumentos combatidos pelos Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa e Sepúlveda Pertence. Aliás, de acordo com Marinoni et al. (2012, p. 886), este último disse que “embora o mecanismo de outorga de competência ao Senado para a suspensão da execução da lei tenha se tornado obsoleto, não é correto recorrer a um fundamento de mutação constitucional [...]”, e também que “a solução, para imprimir eficácia geral à decisão do STF, está o instituto da súmula vinculante (CF, art. 103-A)” (MARINONI et al., 2012, p. 886).

Sendo assim, conforme analisam Marinoni et al., (2012, p. 886), o julgamento desta reclamação, ainda não concluído, oferece grande oportunidade para que se forme um precedente em relação à nova leitura da função do Senado no controle concreto de constitucionalidade exercitado pelo STF.

Já o RE n. 197.917/SP (publicado no DJ em 07.5.2004)(BRASIL, 2004), de relatoria do Ministro Maurício Corrêa, foi julgado parcialmente procedente, para declarar inconstitucional uma lei do município de Mira Estrela, que determinava número de vereadores superior às proporções previstas nas alíneas do artigo 29, IV, da Constituição. Neste julgamento, porém, utilizou-se a técnica da modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade, instrumento típico do controle abstrato de normas.

Esta decisão paradigmática pautou outras que também reconheceram inconstitucionais leis de outros municípios, a saber: RE n. 199.522(Relator Ministro Maurício Corrêa (DJ em 11.6.2004); RE n. 352.569 (Relatora Ministra Ellen Gracie, DJ em 15.10.2004) e RMS n. 25.110 (Relator Ministro Marco Aurélio, DJ em 09.3.2007). E, ainda, deu ensejo à edição da Resolução n. 21.702/04 do TSE, bem como à Emenda Constitucional n. 58/09, que alterou o artigo 29, IV da Constituição.

Estes são, em suma, os julgados paradigmáticos que botaram em voga a discussão acerca da obsolescência da atribuição outorgada ao Senado pela Constituição (artigo 52, X), e que exprimiram a força vinculante dos precedentes do Supremo como o novo rumo a ser seguido.

Extraídos alguns fundamentos legais e jurisprudenciais do fenômeno da abstrativização, é importante ressaltar os meios pelos quais se alcançará esta transformação com sucesso. Com efeito, trata-se de duas premissas: a superação da competência outorgada ao Senado pelo artigo 52, X, da Constituição da República; e a eficácia vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de controle concreto de constitucionalidade.

No que tange à função do Senado, ainda que não se possa falar em mutação constitucional do artigo 52, X, da CR/88, resta ultrapassado o comando nele disposto. Nesse ponto, não se afigura pertinente repisar todos os argumentos já tecidos no tópico anterior; no entanto, alguns pontos merecem destaque, por se tratar de matéria de alta relevância.

Com efeito, a obrigação da passagem da sentença do Supremo pela Câmara do Congresso mostra-se, além de irrazoável, comprometedora do funcionamento do controle de constitucionalidade.

Desta feita, pode-se argumentar, sem qualquer dúvida, que manter um dispositivo considerado inconstitucional pela Corte que detém a guarda da Constituição

é um atentado contra a ordem constitucional vigente, e, principalmente, à força normativa da Constituição.

Considerando isto, entende-se que há necessidade de superação do inciso X do artigo 52 da Constituição, de modo a permitir que ocorra a abstrativização do controle concreto de constitucionalidade, tornando esta via de acesso à tutela de direitos muito mais célere e eficaz.

Sob outro prisma, a abstrativização do controle concreto ainda passa por mais uma premissa inafastável, que é a da eficácia vinculante das decisões do STF. A ideia é que as decisões do Supremo tenham eficácia que transcenda o caso concreto levado à julgamento, para que atinja tantos outros que a este se assemelham, no futuro. É a ideia da transcendência dos motivos determinantes, também incipiente e polêmica no direito brasileiro.

Sobre o assunto, Borges e Coutinho (2011, p. 238) destacam que, “Em linhas gerais, esta proposição legitima a obediência, por parte dos juízes e Tribunais, não apenas à conclusão dos acórdãos do Supremo, conforme ensina Barroso (2012, p. 184), como também as suas razões de decidir”, de modo que “[...] a sentença não harmônica com as razões de decidir do STF, mesmo oriunda de um caso concreto, está sujeita à Reclamação.”

E, por fim, ressaltam Marinoni et al., (2012) que não se pode imaginar que um precedente, ainda que tenha força vinculante, seja imutável. Mas, para que se mude um entendimento consolidado e cristalizado pelo STF, é necessário que se evidencie motivos “fortes o bastante para sesobreporem às razões determinantes antes adotadas.” (MARINONI et al., 2012, p. 865).

Assim, com a preponderância do controle abstrato sobre o controle concreto, com a superação do artigo 52, X, da Constituição, e com a adoção da teoria da vinculação aos precedentes, o Brasil quebrará com o antigo paradigma, para formar um novo, que, salvo melhor juízo, trará maior segurança jurídica, previsibilidade das decisões, celeridade e economia processual, além de reafirmar, sem dúvida alguma, a força normativa da Constituição da República de 1988.

5- Conclusão

O presente trabalho apresentou uma perspectiva de mudança de paradigma no direito constitucional brasileiro. Ao longo das explanações nele desenvolvida, tentou-se provar a hipótese de que se está seguindo uma ordem lógica de evolução no que concerne ao controle de constitucionalidade.

Na verdade, entende-se que o Brasil vive um momento de transição; e, como tal, a passagem causa desconfiância de muitos, e se mostra deveras difícil, de maneira que demanda árdua tarefa àqueles que fazem parte, e que são os responsáveis por esta mudança de paradigma. Como pode-se observar, o tema ainda não é assunto pacificado, sendo que pendem diversas questões a serem trabalhadas a fim de maximizar a objetivação dos efeitos do recurso extraordinário.

Não se desconhece que a nova sistemática apresenta alguns problemas iniciais. Mas isso se deve ao fato de ser teoria incipiente, e que ainda não teve tempo para resolver questões de maior complexidade. Com a adaptação da jurisprudência, serão superadas as dificuldades teóricas e práticas, e, assim, se terá um modelo de controle concreto mais célere e eficiente.

De fato há uma tendência forte à objetivação do recurso extraordinário, e, conseqüentemente, à abstrativização do controle concreto de constitucionalidade. Porém, a transição será demorada, de modo que novos institutos jurídicos serão construídos, desenvolvidos, estudados e explorados. De outra banda aqueles institutos vetustos, que com o tempo se mostraram obsoletos, serão superados pela nova onda de mudanças, de modo que não terão outro destino, senão o de entrar para a história do Direito Constitucional brasileiro.

6 - Referências

AMORIM, Aderbal Torres de. O recurso extraordinário e a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade: as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados frente à repercussão geral. **Revista de Processo**. São Paulo, ano 36, n. 191, p. 377-388, jan. 2011.

BARBOSA, Ruy. **Os atos inconstitucionais do Congresso Nacional e do Executivo ante a Justiça Federal**. Rio de Janeiro: companhia impressora 7, 1893. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=61656>. Acesso em 11 set. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro:** exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2012.

BORGES, Martha Helena de Lima; COUTINHO, Isabela Esteves Cury. A objetivação do controle difuso de constitucionalidade: análise da súmula vinculante. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo, ano 19, v. 77, out.-dez. 2011.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional:** teoria do Estado e da Constituição. Direito constitucional positivo. 16. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira. O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional. **Revista Direito Público**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 5-31, abr./jun. 2004.

_____. Controle de constitucionalidade. In: MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

PAGANELLA, Carlos Roberto Lima. **As bases teóricas do controle difuso de constitucionalidade e suas competências para exame e rejeição no Brasil**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PALU, Oswaldo Luiz. **Controle de Constitucionalidade:** conceitos, sistemas e efeitos. 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2001.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. Rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. **Direito processual constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA, Eduardo Francisco de. Abstração do controle difuso de constitucionalidade. **Revista Jurídica**, Brasília, v. 9, n. 89, p. 01-23, fev/mar, 2008.

TAVARES, André Ramos. O modelo brasileiro de controle de difuso-concreto da constitucionalidade das leis e a função do senado federal. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin (Org.); BARROSO, Luís Roberto (Org.). **Doutrinas Essenciais: direito constitucional**. Defesa da Constituição: aspectos gerais do controle de constitucionalidade, controle difuso de constitucionalidade, controle concentrado de constitucionalidade. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011. p. 545-572. (v.5).

